



# NARRATIVAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA MINUSTAH: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DOS ANOS 2005-2017

NARRATIVES ABOUT THE PARTICIPATION OF BRAZIL IN MINUSTAH: AN ANALYSIS OF ACADEMIC PRODUCTIONS FROM THE YEARS 2005-2017

ISRAEL APARECIDO GONÇALVES\* | ALINE PRADO ATASSIO\*\*

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o debate acadêmico e as narrativas que daí derivam sobre a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti – Minustah- (sigla do acrônimo em francês: Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti). A missão começou em 2004 e foi concluída em 2017. O Brasil foi responsável pelo comando da missão sob a égida da ONU – Organização das Nações Unidas. O tema tornou-se objeto de pesquisa de diversas áreas de conhecimento e os debates sobre as consequências da Missão tornaram-se alvo de disputas de versões e análises. Para confecção deste artigo foram analisados num total de treze artigos, uma monografia e quatro dissertações que tratam da missão sob vários prismas, escritos entre os anos de 2005 a 2017. Depois da análise deste repertório pode-se considerar o debate acadêmico sobre a participação do Brasil na Minustah como multifacetado, porém predominantemente embuido de narrativa crítica ao envolvimento do governo brasileiro na missão supracitada.

**Palavras-chave:** Minustah; Brasil; Haiti.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the academic debate and the narratives that originate about the participation of Brazil in the United Nations Mission for Stabilization in Haiti – MINUSTAH (acronym of the acronym in French: Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti). The mission began in 2004 and was completed in 2017. Brazil was responsible for commanding the mission under the aegis of the UN – United Nations. The importance of the Mission and the fact that it is an unprecedented command participation for Brazil, as well as the high use of human and financial resources, generated disputes over the analysis narratives, being critical of the actions of the Brazilian military and government, in a positive way or negative. The focus of this work, however, is to understand the criticisms of government action, and not specifically the military one. In order to list and analyze these criticisms, bibliographical reviews were carried out, which included the analysis of twelve articles, a monograph and four dissertations that deal with the mission from various perspectives, written between the years 2005 to 2017. After the analysis of this repertoire the academic debate on Brazil's participation in MINUSTAH can be considered as multifaceted, but predominantly imbued with a narrative critical of the Brazilian government's involvement in the aforementioned mission.

**Keywords:** Minustah; Brasil; Haiti.

\* Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.  
Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).  
*educa\_isra@yahoo.com.br*

\*\* Doutora em Ciências Sociais pela UFSCar.  
Professora substituta na Universidade Federal de Alagoas.  
*alineatassio@yahoo.com.br*

Recebido em 17-12-2021 | Aprovado em 17-2-2022



## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO; 1 OS DEFENSORES DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH; 1.1 OS CRÍTICOS DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH; 1.2 O ESTADO HAITIANO: ANÁLISES HISTÓRICO-ESTRUTURAIS; 1.3 ARTIGOS DE BALANÇO: OS OBJETIVOS DA MINUSTAH; CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS**

### ■ INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisaremos a produção acadêmica sobre a Minustah, num total de treze artigos, uma monografia e quatro dissertações que tratam da missão sob vários ângulos. Inicialmente examinaremos as posições dos pesquisadores que defendem a missão como expressão de um novo tipo de concepção da política externa brasileira, em trabalhos realizados durante o período de 2005 a 2017. Primeiramente, elencamos os autores que apoiam a chamada Diplomacia Solidária e/ou, no mínimo, entendem que a missão encontra-se pautada em uma questão de cunho mais humanitária que política, implicando em maior prestígio ao Brasil no cenário internacional.

Em seguida, estão os autores que, além de não concordarem com a afirmação de que há um novo tipo de diplomacia nas relações exteriores, avaliam de forma negativa a participação do Brasil na operação depaz ou, ao menos, apontam para um fracasso em relação aos fins políticos almejados pela diplomacia brasileira.

Em terceiro lugar, procuraremos examinar os argumentos dos autores que compreendem que o Haiti é um Estado “vulnerável” ou sem condições de garantir o mínimo de bem estar social aos seus cidadãos. Para esses autores, a Missão tem como função recuperar ou construir (Building) as estruturas do Estado haitiano. Ainda relacionaremos os autores revisionistas, que buscam compreender os resultados (positivos ou negativos) obtidos pelo Brasil na operação feita no país caribenho. Ao final deste artigo, apresentamos uma tabela que resume os eixos de cada grupo de intérpretes da participação brasileira na Missão. Assim, nosso objetivo é compreender os vários debates acerca da participação do Brasil na Minustah, literatura acadêmica<sup>1</sup>.

Para uma ideia da filiação institucional e geográfica da produção acadêmica analisada apresentamos a tabela seguinte:

<sup>1</sup> Há alguns livros sobre o papel do Brasil no Haiti. Todos escritos por jornalista que estiveram no Haiti como enviados especiais de seus respectivos jornais. Os livros são: ALVAREZ, Rodrigo. Haiti, depois do inferno: Memórias de um repórter no maior terremoto do século. São Paulo: Globo, 2010; RUPPENTHAL, Tailon. Um Soldado Brasileiro no Haiti. São Paulo: Globo, 2007 e STOCHERO, Tahiane. DOPAZ: como a tropa de leite do exército brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti. Rio de Janeiro: Objetiva.

**TABELA 1**– Instituições Acadêmicas e origem dos trabalhos analisados

Instituições	Artigos Científicos	Dissertações
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	2	1
PUC- Rio de Janeiro GAPCON- UCAM/RJ	1	
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)		1
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1 <sup>2</sup>	
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).	1	
UNESP/Santiago Dantas	1	
Universidade Federal de Fluminense (UFF)	1	
Universidade de Fortaleza (UF)	1	
Centro Universitário de Brasília -UNICEUB	1	
Universidade de Brasília (UnB)	1	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)		1
Exército Brasileiro	1	
Universidade de Coimbra	1	
Universidade Torcuato di Tella – Buenos Aires	1	

**Fonte:** Elaborada pelos autores.

## 1 OS DEFENSORES DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH

Para Ricardo Seitenfus<sup>3</sup>, o comando militar do Brasil na Minustah constituiu um novo paradigma de atuação nas operações de paz na ONU. No seu texto “De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de paz”<sup>4</sup>, ele analisou um momento importante da missão: o período do pleito presidencial no Haiti, ocorrido em 7 de fevereiro de 2006. Como o número de votantes foi bem maior que o esperado e o novo presidente foi eleito no primeiro turno, o autor avaliou favoravelmente a contribuição do Brasil nesse processo de transição do governo provisório para o governo constitucionalmente eleito, do presidente René Garcia Préval (mandato 2006-2010).

Para Seitefus<sup>5</sup>, o envio de soldados brasileiros sob os auspícios da ONU para o Haiti, pautou-se pela manutenção da segurança, visando a reconstrução da infraestrutura do país e o apoio ao processo eleitoral. A Minustah evidenciou, segundo Seitenfus, uma nova atitude das relações exteriores brasileiras ou, ainda, um novo paradigma na resolução do conflito por intermédio das missões de paz, ao qual o autor chama “Diplomacia Solidária”:

pode ser definida como sendo a concepção e a aplicação de uma ação coletiva

<sup>2</sup> Trata-se de uma monografia.

<sup>3</sup> SEITENFUS, R. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. In: *Carta Internacional*. vol. 1, n. 1, mar. de 2006[a].

<sup>4</sup> SEITENFUS, R. *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de paz*. 2006[b], 15p. Disponível em: [http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus\\_-\\_De\\_Suez\\_ao\\_Haiti.pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf) Acessado em: 10 jan. 2010.

<sup>5</sup> SEITENFUS, R. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. In: *Carta Internacional*. vol. 1, n. 1, mar. de 2006[a].

internacional, sob os auspícios do CS, feita por terceiros Estados intervenientes num conflito interno ou internacional, desprovidos de motivações decorrentes de seu interesse nacional e movidos unicamente por um dever de consciência ou por interesses difusos.<sup>6</sup>

A Diplomacia Solidária é apresentada como uma maneira de inserir o Brasil na esfera internacional por meio das missões de paz, sem buscar ganhos reais com a missão. A Diplomacia Solidária, por não produzir um ganho econômico para o país que faz a intervenção, fortaleceria a ONU e todo o sistema multilateral no quesito moral e político.

Segundo Seitenfus, outro fator que corrobora o argumento de que a missão no Haiti está pautada por uma nova diplomacia, é a própria composição da missão. Para ele os países que integram a Minustah são considerados “um papel secundário no sistema internacional”<sup>7</sup>, o que nos leva a entender que tais países não teriam qualquer interesse econômico em integrarem-se à Minustah. Para o autor grande incógnita colocada pela diplomacia solidária é saber se essa nova forma de intervenção possui a capacidade de ser reestruturante e aportar benefícios duradouros à população do país e à organização de um Estado que responda aos desafios do presente”<sup>8</sup>. Seitenfus acredita que a Diplomacia Solidária é o único caminho para a resolução dos problemas no Haiti. A geração de trabalho, emprego, e desenvolvimento é um caminho para a segurança e estabilidade no país caribenho e arremata o pesquisador, o caminho do Brasil nas relações com o Haite é a Diplomacia Solidária”<sup>9</sup>.

A Diplomacia Solidária estaria conectada a política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva, pois no caso da Minustah, o Brasil, pela primeira vez aparece como *force commander*. Para o Itamaraty, a missão no Haiti demarcaria a posição brasileira no cenário internacional, ao defender os valores do respeito aos direitos humanos e da democracia, o que projetaria o país favorecendo a obtenção do reconhecimento político necessário para pleitear seus objetivos dentro das mais diversas instituições. Seitenfus entende que a maior valorização do ser humano e a falta de um objetivo econômico, por parte do governo brasileiro, caracterizariam a missão de paz como diferente das tradicionais.

Segundo o ministro das Relações Exteriores de Lula, Celso Amorim, a forma pela qual a política externa do governo Lula atuou no cenário internacional, não visou apenas fortalecer os laços já existentes com vários países, mas buscou reforçar a cooperação entre os países da América Latina<sup>10</sup>

A dissertação de Verenhitach<sup>11</sup> intitulada “A Minustah e a Política Externa Brasileira: motivações e conseqüências”, defendida na UFSM, onde Seitenfus leciona, filia-se à ideia do novo paradigma. Para a autora, em 2004, o Brasil não estava preparado para enfrentar a envergadura da missão. Segundo a Verenhitach, o país caribenho passava por um momento

<sup>6</sup> SEITENFUS, R. *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de paz*. 2006[b], 15p. Disponível em: [http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus\\_-\\_De\\_Suez\\_ao\\_Haiti.pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf) Acessado em: 10 jan. 2010.

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> SEITENFUS, R. O Brasil errou em enviar tropas para Haiti? Opinião p.2, Folha de São Paulo, São Paulo, 23, out. de 2004.

<sup>10</sup> AMORIM, Celso. Conceitos e Estratégias da Diplomacia do Governo Lula. *Revista Diplomacia, estratégia e Política*. Vol.1, n.1, p.41-47, out/dez, 2004.

<sup>11</sup> VERENHITACH, Gabriela Daou. *A MINUSTAH e a Política Externa Brasileira: motivações e conseqüência*, 2008. 136p. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana).

de profunda crise, pois seu presidente — na época Jean-Bertrand Aristide - saíra do país, provocando uma ausência de poder político e uma grave tensão entre os vários grupos sociais e políticos que disputavam o poder, ou seja, o Haiti estava à beira de uma guerra civil, por isso era necessária uma intervenção internacional no país. Na medida em que o Haiti não tinha condições políticas de sanar seus problemas, a autora concorda com a participação do Brasil e defende que essa atuação efetiva é “uma questão de humanidade”<sup>12</sup>, e não de ganhos econômicos. Todavia, se os ganhos não são econômicos, eles podem ser políticos. Nesse sentido, a autora salienta a pretensão da missão em conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; todavia, esse debate não é central no seu estudo.

Para Verenhitach, existiu efetivamente uma nova proposta de resolução dos problemas internacionais, já que a “crise haitiana precisa de soluções inovadoras”<sup>13</sup>, pelo próprio contexto histórico, político e cultural do Haiti. As bases para a participação brasileira estariam na Constituição Federal de 1988, no artigo 4º, no seu inciso IX<sup>14</sup>, no qual se afirma que as relações internacionais brasileiras são pautadas pela “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. Isto é, a Diplomacia Solidária já existia como princípio desde o final da década de 1980, mas não foi explorada pela diplomacia brasileira. Para a autora, mais que um princípio, a Diplomacia Solidária se tornou um valor — moral - e, como tal, permeia as várias ações da política externa brasileira. Esse valor, pautado pela solidariedade, ficou expresso nos “inúmeros resultados positivos que vêm sendo alcançados pela Missão”, devido “em grande parte à influência brasileira, consubstanciada pela inédita liderança do país em uma operação de paz”<sup>15</sup>. Ressalte-se que a escolha pela autora das fontes para escrever esse trabalho foram documentos oficiais, como discursos e documentos do governo brasileiros e resoluções da ONU.

Já o artigo da pesquisadora da PUC-Rio, Luísa Café Figueiredo Façanha<sup>16</sup> intitula-se “As motivações da política brasileira para participação das Missões de Paz das Nações Unidas: O caso do Haiti”, foi apresentado no encontro da Associação Brasileira de Estudo de Defesa em 2008. O texto não subscreve a concepção de que a política externa brasileira efetivou uma nova forma de atuar no campo das relações internacionais, mas defende que a Missão traz uma imagem favorável para nossas relações exteriores.

Para Façanha, as motivações para que o país participasse da Minustah extrapolavam os próprios objetivos da missão. A autora insere o debate sobre a participação do Brasil nas missões de paz no contexto dos anos 1990, quando surge uma nova dinâmica internacional, pautada pelo multilateralismo. Nesse cenário, o Brasil poderia ter uma importância mais

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> Ibidem., p. 103.

<sup>14</sup> 5 Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se em suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

<sup>15</sup> VERENHITACH, Gabriela Daou. *A MINUSTAH e a Política Externa Brasileira: motivações e consequência*, 2008. 136p. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana).

<sup>16</sup> FAÇANHA, Luísa Café Figueiredo. *As motivações da política brasileira para Participação das Missões de Paz das Nações Unidas: O caso do Haiti*. In: *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*, 2. 2008, Niterói (RJ), 2008. Atigos, 1-12p. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org> Acessado em: 20 jun. 2010.

significativa no tabuleiro internacional, se fosse capaz de demonstrar uma maior vontade em resolver os problemas globais em consonância com organismos internacionais - no caso a ONU.

Por fim, o texto ressalta o prestígio internacional que o Brasil auferiu ao assumir uma missão do porte da Minustah, maior missão da ONU em atividade:

A participação brasileira na Minustah fortaleceu **não só a imagem** brasileira como um país preocupado com a paz mundial, mas também fortaleceu as relações com os países da América Latina [...] o sucesso da missão resultará em ganhos positivos para o Brasil, como o aumento da sua influência na ONU e da probabilidade de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU” (2008, s/n — grifo nosso).

Faça uma aproximação, assim, do discurso governamental, ou seja, acredita que a missão produziria benefícios políticos para o Brasil e ajudaria o governo no protagonismo desejado nas relações internacionais.

Também é a conclusão do cientista político da UFF, Severino de Ramos Bento da Paixão<sup>17</sup>, no seu artigo denominado “O impacto dos novos parâmetros adotados pelas Nações Unidas para as operações de paz na tradição política externa brasileira”. A perspectiva de que a participação brasileira no Haiti resultaria em uma imagem de administração bem sucedida foi incorporada ao discurso oficial e à imagem que o governo buscou construir, o que auxiliaria o país em suas pretensões políticas.

### 1.1 OS CRÍTICOS DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH

São considerados críticos da participação brasileira na Minustah todos os autores que não concordam com o ponto de vista de que o governo brasileiro está promovendo uma missão de paz diferenciada das outras já realizadas pela ONU, ou que acreditam que os objetivos da missão não foram cumpridos. Para esses autores, se houve avanços, ora para o Haiti ora para os interesses brasileiros, esses se devem mais à *fortuna*, no sentido colocado por Maquiavel, ou seja, ao acaso, do que por uma ação diferenciada do Brasil no comando da operação de paz na ilha caribenha.

Nesse sentido, em “MINUSTAH e implicações para as aspirações internacionais do Brasil”, a pesquisadora do IUPERJ, Bárbara Gomes Lamas<sup>18</sup> afirma que as dificuldades encontradas pela Minustah podem prejudicar os interesses do Brasil em ter um papel mais efetivo no cenário das relações internacionais pautadas pelo multilateralismo. A autora

<sup>17</sup> PAIXÃO, Severino de Ramos Bento da. *O impacto dos novos parâmetros adotados pelas nações unidas para as operações de paz na tradição política externa brasileira*, 2008. 111p. Dissertação (Mestrado em em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org> Acessado em: 10 jan. 2010.

<sup>18</sup> LAMAS, Bárbara Gomes. MINUSTAH e implicações para as aspirações internacionais do Brasil. *Conjuntura Internacional*. Belo Horizonte, v. 2, p. 2-6, 2005. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/> Acessado em: 19 jan. 2011.

desenvolveu um interessante debate sobre como é tratado o conceito de “missão de paz” na literatura especializada, ressaltando que a prática ultrapassa, muitas vezes, os conceitos. Dessa forma, ela indica que o trabalho feito no Haiti pelos soldados na missão de paz tem um novo significado dentre as operações de paz. A autora defende seu argumento citando os objetivos da Minustah, descritos na Resolução nº1542 de 30 de abril de 2004 do CS/ONU, destacando que o objetivo principal da missão ainda não foi alcançado. Segundo a autora,

É insatisfatório o nível de segurança no Haiti e os grupos ilegais continuam armados e atuantes em diversas regiões do país, uma vez que não houve nenhum programa eficaz de desarmamento destes grupos, o que pode atrasar os planos de realização das eleições no fim de 2005; os direitos humanos continuam sendo violados; e a reconstrução do país também está comprometida, o que contribui para o aumento da violência.<sup>19</sup>

Torna-se importante ressaltar que o artigo supracitado foi escrito em vinte e nove de junho 2005, ou seja, um ano e quatro meses depois que a Missão foi aprovada pelo CS/ONU — o que ocorreu em 30 de abril de 2004. Lamas afirma, ainda, que “diante da possibilidade de fracasso da missão, então, as aspirações brasileiras estão correndo risco de também serem frustradas”<sup>20</sup>.

Suzeley Kalil Mathias (UNESP-Franca) e Leandro L. Pepe<sup>21</sup>, em seu artigo “Segurança e Democracia: A Atuação do Brasil no Haiti”, também discutem de forma crítica a participação do Brasil na Minustah. Salientando que a Minustah é a maior missão vigente da ONU, esses autores defendem que o principal interesse das nossas relações exteriores com a missão era busca de visibilidade internacional, e a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), algo que não ocorreu. Outro objetivo da diplomacia brasileira com a missão, segundos os autores, é tornar o Brasil um *global player*.

Para Mathias e Pepe<sup>22</sup>, a Minustah é a missão que mais destacou o país dentre as missões já realizadas, mas:

(...) a participação do Brasil na Minustah não redundou em apoio às suas pretensões e nem sensibilizou os países mais fortes no CS/ONU a abrir mão de parte de seu poder, aumentando a participação dos países no seu processo decisório. Com efeito, as últimas discussões a respeito, adiaram uma vez mais a pretensões do Brasil, [...] pela ampliação do corpo de membros permanentes no CS/ONU<sup>23</sup>.

Em resumo, os autores entendem que a participação na missão de paz no Haiti foi colocada como um instrumento político para o país, mas não foi eficiente para conquistar os

---

<sup>19</sup> Ibidem. p., 05.

<sup>20</sup> Ibidem. p., 06.

<sup>21</sup> MATHIAS, Suzeley Kalil; PEPE, Leandro Leone. Segurança e Democracia: A Atuação do Brasil no Haiti. *LASA'S XXVI Internacional Congress*. San Juan, march 15-18, 2006. Disponível em: <http://www.resdal.org> Acessado em: 20 jul. 2010.

<sup>22</sup> Ibidem.

<sup>23</sup> Ibidem., p. 18.

objetivos almejados por nossas relações exteriores em outras esferas internacionais. Nesse sentido, reforçam que

é preciso repensar as formas de solução dos conflitos, pois as Missões de Paz, em particular a Minustah, parecem não mais ser que a missão não conseguiu efetivar o que o Brasil buscava - o assento permanente no CS/ONU - e gerou uma imagem negativa para o Brasil, já que não teria alcançado os objetivos propostos pela ONU. Os benefícios da missão situam-se nas “atualizações das forças militares brasileiras, que dessa forma trocaram experiências com as forças armadas de outros países<sup>24</sup>.”

Já a dissertação, defendida na UFSCar por Paulo Gustavo Pellegrino Corrêa<sup>25</sup>, “MINUSTAH e diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz? tem justamente como proposta “submeter à crítica a tese brasileira de que a operação de paz no Haiti - MINUSTAH, iniciada em 2004, e comandada pelo Brasil, representa a criação de um novo paradigma nas missões de paz por ser comandada por um país em desenvolvimento (...)”<sup>26</sup>. Como forma de perceber se houve alguma diferença de atuação do governo brasileiro na Minustah, que demonstrasse um diferencial se comparada com outras operações de paz, o autor fez uma comparação da Missão no Haiti com a *United Nations Mission in Haiti* (UNMIH) comandada pelos EUA entre os anos de 1995 — 1996.

Segundo o autor, tal comparação é possível, pois ambas as missões apresentam aspectos semelhantes no que tange a “objetivos, mandato e contingente.” Com base nisso, Corrêa busca encontrar “qualquer elemento inovador nos projetos de cooperação do Brasil, via Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com o Haiti<sup>27</sup>”, contrapondo-os “com os projetos desenvolvidos pela *United States Agency for International Development* (USAID) na década de 1990 durante a UNMIH”, no que diz respeito ao processo de formulação e objetivos dos projetos<sup>28</sup>.

Nesse quadro, ele afirma:

[...] no que diz respeito a respostas que os projetos do Brasil podem ter em relação ao problema haitiano, o impacto é ainda muito pouco significativo, principalmente com um volume modesto de investimento. Dessa forma, o braço forte e atuante do Brasil na reconstrução do Haiti não é o civil, e segurança mais uma vez foi a prioridade<sup>29</sup>.

Dessa forma, a Minustah seria uma operação de paz como as já desenvolvidas anteriormente no Haiti, em que o elemento militar se sobrepõe ao civil. Contudo, ancorada

<sup>24</sup> Ibidem., p. 19.

<sup>25</sup> CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. *MINUSTAH e diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz?* 2009. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/973/2870.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 10 jan. 2010.

<sup>26</sup> Ibidem., p. 23.

<sup>27</sup> Ibidem., p. 09.

<sup>28</sup> Ibidem., p. 25.

<sup>29</sup> Ibidem., p. 65.



na tradição de missões de paz sob auspício da ONU e no discurso de uma atuação inovadora, a diplomacia brasileira, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, teria atuado de acordo com o princípio da não-indiferença, que incluiria em seu escopo o novo paradigma expresso, segundo Seitenfus, pela Diplomacia Solidária.

Corrêa entende que tal perspectiva de solidariedade e generosidade expressa no discurso oficial não é pautada pelo trabalho da ABC, e nem pela atuação das tropas brasileiras ou dos países latino-americanos no Haiti:

[...] não encontramos nenhum tipo de dado que pudesse dar respaldo a um possível *modus operandi* brasileiro ou latino americano menos violento nas ações estritamente militares. A força empregada nas operações de combate e tipo polícia foi, na melhor das hipóteses, de acordo com a intensidade permitida pelo mandato da MINUSTAH<sup>30</sup>.

Assim, ao analisar a Minustah, o autor não encontrou um avanço que fosse motivo para afirmar que o Brasil, na sua prática no Haiti, tenha realizado uma mudança significativa na resolução de conflitos. Segundo ele, “a força empregada nas ações de combate e tipo polícia esteve de acordo com o mandato da Minustah ou extrapolou seus limites, gerando acusações de violação de direitos humanos aos capacetes azuis por parte de organizações internacionais”, isto é, mesmo cumprindo uma parte dos objetivos propostos pelas resoluções feitas pelo CS/ONU para o Haiti, o Brasil não mostrou qualquer avanço em relação aos paradigmas de resolução dos conflitos internacionais, posicionando-se no “universo de boa vontade e da oratória” segundo o autor. As fontes utilizadas por Corrêa em sua dissertação, no que se refere às críticas à Minustah, estão pautadas por relatórios de ONGs, principalmente as internacionais.

O coordenador do USAID, na Embaixada dos EUA em Brasília, Alisson Reis do Nascimento, no seu artigo “A ONU e as intervenções armadas intra-estatais: o caso do Haiti 2009”, afirma que a ONU também sofre uma grande influência dos EUA, mesmo sendo uma instituição internacional, pois são os EUA o país que mais contribui financeiramente com a ONU. O caso do Haiti, não seria algo que interessaria à política externa norte-americana, assunto que já ocupou o país algumas vezes. Para o governo americano, a Minustah deve resolver alguns problemas relacionados ao tráfico de drogas e imigração ilegal (por exemplo, os *boat people*), os quais são os únicos interesses que os estadunidenses têm com relação à aprovação e continuação da Minustah. Nesse cenário, o Brasil estaria, ao participar da missão, apoiando os anseios dos norte-americanos.

Em “A atuação das tropas de paz da ONU no Haiti”, o pesquisador da Universidade de Fortaleza, Marcelo Renato Alves de Araújo<sup>31</sup>, de forma resumida descreveu a história do Haiti e a tradição brasileira nas missões de paz sob a égide da ONU. Aliás, estes dois eixos citados: história do Haiti e a tradição brasileira nas missões de paz aparecem lado a lado na maioria

---

<sup>30</sup> Ibidem., p. 88.

<sup>31</sup> ARAÚJO, Marcelo Renato Alves de. A atuação das tropas de paz da ONU no Haiti. 2010. Disponível em: [https://www.uni7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/iv\\_encontro/atuaodastropasdepaz.pdf](https://www.uni7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/iv_encontro/atuaodastropasdepaz.pdf) Acessado em: 20 jun. 2015.

dos textos lidos.

O referido texto conclui que a Minustah não é uma forma de resolução dos problemas internos do Haiti: “Só resta esperar os desdobramentos de sua própria política interna e como a ONU deixará o país assim que considerar concluída a Minustah” (idem), pois a Minustah estaria focando suas ações somente na segurança do país. Araújo compreende que “o Exército Brasileiro executa suas tarefas de forma exemplar”, mas não haveria uma solução para o caso haitiano por via de uma missão militar de paz.

Nesse sentido, Araújo pode ser visto como um autor que não vislumbra, na missão, ganhos políticos para pretensões brasileiras. Tal premissa evidenciaria a própria fragilidade econômica do Brasil perante os outros “grandes” membros da ONU, deixando o país em um segundo plano. Por fim, ele afirma que a missão tem sido um sucesso para as tropas brasileiras, mas “a situação do Haiti continua bastante frágil e que uma Missão de Paz Armada não é a única solução para se salvar um país a um longo prazo”<sup>32</sup>.

Um fato interessante é o de que nenhum autor localizou, no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), uma nova diretriz para atuação da instituição, ou seja, uma nova maneira de participar de operações internacionais<sup>33</sup>, fato que ocorreu no governo de Cardoso.

## 1.2 O ESTADO HAITIANO: ANÁLISES HISTÓRICO-ESTRUTURAIS

Alguns trabalhos consideram o Haiti como uma nação de “Estado Falido”, “Estado Frágil”, “Estado Fraco” ou “Quase-Estado”. Tais conceitos não são sinônimos, afinal, cada um gera uma visão sobre o processo histórico do Haiti, as quais se desdobram em projeções para o futuro do país. Esses termos começaram a surgir no pós Guerra Fria. Assim sendo, com o desmantelamento da URSS, em 1991, ter-se-ia inaugurado uma Nova Ordem Mundial, em que temas como meio ambiente, direitos humanos e questões ligadas ao desenvolvimento social são incluídos na agenda da ONU. Na transição de um sistema bipolar para um multipolar, não apenas as relações políticas mundiais são reorganizadas, mas o próprio sistema de Operações de Paz. As Missões de Paz que estão ligadas à *peace building*, tornam-se mais frequentes na pauta da ONU. Um exemplo dessas missões é o caso do Timor Leste (em 1999), um outro seria o próprio Haiti.

As análises desses pesquisadores versam sobre a desconstrução ou, a não formação do Estado haitiano. Esses autores, todavia, acreditam que os problemas históricos do Haiti podem ser superados, mesmo que em longo prazo, com apoio das instituições internacionais e com a cooperação de outros países.

Um exemplo dessa abordagem é o artigo “A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais” da Coordenadora do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília, Renata de Melo Rosa<sup>34</sup>, que analisou os

<sup>32</sup> Ibidem., p. 06.

<sup>33</sup>

<sup>34</sup> ROSA, Renata de Melo. A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. *Universitas: Relações Internacionais*. v. 4, n. 2. p. 5-30, 2006. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/160> Acessado em: 20 abr. 2019.

pressupostos das desigualdades sociais e raciais no Haiti contemporâneo. O trabalho de Melo Rosa faz uma reflexão sobre as relações sociais haitianas, utilizando autores haitianos e da República Dominicana e entrevistas com soldados que participaram da Minustah. O seu trabalho é interessante ao mostrar como a ilha caribenha, mesmo depois de efetivar uma revolução, conquistando, assim, sua independência, em 1804, não conseguiu acabar com o legado colonial. Para a estudiosa, “os movimentos pós-coloniais foram, de fato, motivados no sentido de ocupação do lugar do colonizador e não, necessariamente, a inversão da ordem colonial rumo a sua completa negação<sup>35</sup>”. A “falta de organicidade da elite haitiana” e a reprodução pós-independência dos *modus operandi* dos colonizadores teriam provocado uma “mera substituição de quadros<sup>36</sup>”.

Já “Missões de paz em Estados frágeis: elementos para se refletir a presença do Brasil no Haiti”, de Antônio Jorge Ramalho da Rocha<sup>37</sup>, que dirigiu o Departamento de Cooperação do Ministério da Defesa e implementou o Centro de Estudos em Porto Príncipe, no Haiti<sup>10</sup>, é um texto mais direto que discute a questão da intervenção da ONU no apoio aos Estados frágeis. A ONU,

por muito tempo, funcionou com base em presunção de que os Estados resolveriam possíveis crises, mesmo em territórios contestados [...]”, ou seja, que o sistema liberal tornar-se-ia o “modelo de organização política e econômica das sociedades modernas”. Adversamente, ocorreu um fracasso do sistema liberal, pois os países avançados não conseguiram efetivar as instituições democráticas nos países em desenvolvimento. À época de sua fundação, a ONU não tinha como objetivo atuar nesses “Estados Frágeis”, porque estaria despreparada para “promover a paz ou, pelo menos, a impedir genocídios ou violência generalizada que ameaçasse a paz<sup>38</sup>”.

Para Ramalho, o Estado deve ser um provedor de “bens públicos”, nas suas mais diversas esferas: segurança, saúde, educação. Quando o Estado não alcança os fins de promover o bem-estar dos seus cidadãos, é possível que as instituições internacionais apoiem, por meio de fomento, ajuda a esses países. Se necessário para assegurar a ordem pública no Estado, a ONU pode intervir, desde que seja convidada pelas partes envolvidas no conflito, ou por um representante do país. Todavia, a fragilidade ou falência de um Estado fica exposta, na medida em que, para manter o mínimo de ordem, precisaria de tropas estrangeiras.

Segundo o autor, essa discussão sobre o “Estado frágil, falido ou fraco” é uma maneira de compreender a atuação do Brasil nas missões de paz. No caso do Haiti, o país manteve, desde o início da Missão, o comando das operações militares. Como “ator chave” da missão, criaram-se expectativas sobre quais seriam as soluções para garantir ao Estado haitiano suas funções básicas. Porém, segundo Ramalho, a pergunta que pairava naquele momento era: quando as tropas brasileiras saíam do Haiti? Havia uma expectativa de que a missão acabaria após a eleição de René Garcia Préval, em 2007, mas tal fato não ocorreu, levando vários setores da sociedade haitiana a questionar a presença estrangeira no seu país, configurando

<sup>35</sup> Ibidem., p. 05.

<sup>36</sup> Ibidem., p. 12.

<sup>37</sup> ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. Missões de paz em Estados frágeis: elementos para se refletir sobre a presença do Brasil no Haiti. In: NASSER, Reginaldo Mattar (org) *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo, UNESP, 2009. 232p.

<sup>38</sup> Ibidem., p. 02-03.

as tropas da ONU não mais como missão de paz, mas como força de ocupação. Por fim, a Minustah terminou em 2017, com as últimas tropas voltando aos seus respectivos países.

A ideia de que a Minustah deve ser uma missão de construção do país é central na pesquisa feita no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFRGS, defendida por Mariana Dalalana Corbellini<sup>39</sup>: “Haiti: da crise à MINUSTAH”. Nela, a autora analisa a história do Haiti, relacionando os conflitos internos do país com as ocupações estrangeiras. Nesse sentido, Corbellini afirma que, internamente, a rivalidade entre pardos e negros, na busca de poder político provocou uma debilidade no funcionamento de serviços básicos. Percebe-se, segundo a autora, que a luta pelo poder criou uma pequena elite, que se reveza no poder, em prol de uma colossal massa de excluídos — que são, na sua maioria, negros.

Outro argumento elencado pela autora para defender a preponderância da construção do país, é o fato de prevalecer o uso descomedido da força nas disputas políticas no país. No Haiti, a ação de eliminar o inimigo político, por intermédio do assassinato ou por meio de golpes de Estado, tornou-se algo ordinário, gestando uma cultura política marcada pela violência. O resultado dessa cultura fica expresso no número de refugiados que vão para os países vizinhos ou próximos, como exemplo, a República Dominicana deixa de por ele na assistência de sua população - nas esferas política, social e econômica - motivando intervenções humanitárias de outros países, ou provocando distúrbios internos. Ela acrescenta: “Mesmo enfraquecido, o Estado costuma manter sua coesão territorial, porém, as relações entre as comunidades políticas dentro do Estado tornam-se conflituosas, e acabam por comprometer o desenvolvimento econômico, social e político do país”<sup>40</sup>.

Posteriormente, ela traça a trajetória do ONU, desde a carta de São Francisco, em 1945, passando pela criação do *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO), até o “Relatório Brahimi”, feito em 2000, que faz sugestões e trata das questões mínimas necessárias para o desenvolvimento das novas missões de paz. No relatório, um dos pontos notáveis é a autorização de ambas as partes para efetivação de uma Operação de Paz. Nessa perspectiva, a ONU não estaria amplamente preparada para resolver os problemas internos do Haiti. Entre os anos de 2005 e 2007, a Minustah ainda não havia conseguido implementar melhorias significativas na situação do país, em suas diversas esferas - social, econômica, da segurança, entre outras<sup>41</sup>. Em 2008, pouca coisa mudara no cenário haitiano, pois “um ano após a pacificação de zonas críticas, uma insurgência de cunho político transformou-se em violência generalizada na capital, e só foi contida com a ação incisiva das forças da ONU”<sup>42</sup>. A dependência financeira internacional e a presença de tropas estrangeiras no Haiti são expressões da fragilidade do Estado haitiano. Os argumentos de Corbellini estão próximos dos defendido pelo Cientista Social da UFC, Luis Capelo Sarmiento<sup>43</sup>, no seu trabalho “O Brasil

<sup>39</sup> CORBELLINI, Maria Dalalana. *Haiti: da crise à MINUSTAH*, 2009. 155p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17674/000721343.pdf?sequence=1> Acessado em: 10 jan. 2010.

<sup>40</sup> Ibidem., p. 39.

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> SARMENTO, Luis C.. *O Brasil e a MINUSTAH: As Motivações e Consequências de Uma Operação Liderada Pelo Brasil*. 2010. 106p. Monografia (Universidade Federal do Ceará). 2010

e a Minustah: as motivações e consequências de uma operação liderada pelo Brasil”.

Já a dissertação de Roberto Escoto<sup>44</sup>, “Construção do Estado e Democratização do Haiti: Uma análise das Intervenções da ONU sob o Enfoque da Segurança Humana (1993-1996 e 2004-2008)”, orientada pelo professor Antônio Jorge Ramalho, é um exemplo dentre os autores que reconhecem os obstáculos históricos do Haiti, mas Escoto, entre outros, não acredita que esses entraves históricos sejam insuperáveis. Para ele, a Minustah vem conseguindo reconstruir o Haiti, principalmente no quesito da Segurança Humana. Ao garantir a segurança da população, a missão possibilitou assegurar a estabilidade política e o início da reversão da miséria. Para ele, “o importante [...] é reconhecer o papel da ONU e da comunidade internacional na seleção e no atendimento de um adequado rol de prioridades nas diversas áreas que afetam a segurança”<sup>45</sup>. Segundo Escoto, toda operação militar é comandada pelo BRABATT, que vem atuando no treinamento da PNH. Depois que o Haiti tivesse sua polícia treinada, e um regime político estável, os países que compõem a Minustah poderiam sair do país, contudo, nesse momento, a saída seria prematura, conforme o autor.

O último trabalho analisado é o do general de Brigada do Brasil, Carlos Alberto dos Santos Cruz<sup>46</sup>, que chefiou as Forças de Paz da ONU no Haiti, entre 2007 e 2009. Em “Haiti: interferências externas e deformações na política interna”, ele defende que as lutas internas pós-independência geraram mazelas que são percebidas até hoje no país. A predominância de uma pequena elite, as ocupações estrangeiras (como ocorreu de 1915-1934, quando os EUA invadiram a ilha) ou a influência econômica das grandes empresas multinacionais fizeram com que o país não conseguisse se desenvolver. Segundo o autor, há uma ideia na sociedade haitiana de que as invasões estrangeiras são causadoras das mazelas no Haiti: “E essas ideias, transmitidas de modo bastante frequente, geram na população um sentimento de que não são seus próprios líderes os responsáveis pelos problemas [no país]”<sup>47</sup>. Diante da debilidade política gerada, entre outros motivos, pelo contexto acima, o Estado haitiano é incapaz de prover os serviços públicos necessários para sua população, tais lacunas, conforme o General, não outorgaram o ingresso do país na “era democrática”.

Mesmo com número gigantesco de ONGs no país, conforme o autor, mais de “10 mil [...], com apenas quatrocentas registradas no órgão de planejamento econômico e cooperação externa”, produziram-se apenas melhorias pontuais, mas o processo estrutural de pobreza não foi alterado: “As ações ao longo dos anos produziram alguns benefícios, mas não tiraram o Haiti da lista dos países mais pobres do mundo, demonstrando a falta de impacto na ponta da linha, na melhoria de vida do povo”<sup>48</sup>, segundo o autor.

A Missão, como o trabalho das ONGs, não conseguiu alterar de forma significativa as consequências advindas do longo processo de instabilidade política, econômica e social, entre outras. O terremoto “é uma oportunidade para realizar modificações no modelo seguido, para

<sup>44</sup> ESCOTO, Roberto. *Construção do Estado e Democratização do Haiti: Uma análise das Intervenções da ONU sob o Enfoque da Segurança Humana (1993-1996 e 2004-2008)*, 2009. 150p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4933> Acessado em: 10 jan. 2010.

<sup>45</sup> Ibidem., p. 141.

<sup>46</sup> CRUZ, Carlos Alberto dos Santos. Haiti interferências externas e deformações na política interna. *Revista Política Externa*. Vol. 19, n1 jun/jul/ago, p. 93-101, 2010.

<sup>47</sup> Ibidem., p. 97.

<sup>48</sup> Ibidem., p. 100.

que os benefícios cheguem ao povo necessitado”<sup>49</sup>.

A guisa de conclusão o autor diz que as soluções dos problemas devem ser “prerrogativas das autoridades haitianas, que respondem perante o seu povo”<sup>50</sup>. Fica claro no texto que mesmo o Haiti sendo um país com graves problemas nas mais diversas esferas, cabe ao próprio povo haitiano implementar as melhorias necessárias.

### 1.3 ARTIGOS DE BALANÇO: OS OBJETIVOS DA MINUSTAH

Os artigos aqui analisados trabalham com relatórios da ONU e dialogam com a literatura que versa sobre a Minustah. Um dos fatores determinantes para a seleção desses autores reside no fato de eles poderem analisar a Minustah e a política externa brasileira com mais profundidade, já que trabalham com um período de mais de cinco anos. Nesse sentido, o ensaio de doutorando em História pela Universidade de Coimbra, Fernando Cavalcante (2010), “Revisitando o Debate Nacional: cinco anos da missão no Haiti”, buscou fazer um balanço geral da missão através da literatura, principalmente a internacional. O objetivo do autor é compreender os resultados dos cinco anos da missão e apontar o futuro da presença brasileira na ilha caribenha.

Em sua análise, no início da missão, em 2004, ocorreu uma comparação do Brasil com os EUA que, um ano antes, havia invadido o Iraque. Posteriormente, acendeu-se o debate sobre a busca de um assento no CS da ONU orquestrada pela diplomacia brasileira. Faz parte desse esforço histórico a luta brasileira por uma reforma do CS e pela criação do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão), entretanto a reforma não ocorreu. Cavalcante afirma que o Itamaraty tentou negar a associação entre a busca do assento permanente do CS e a Minustah. O texto analisa a ideia de que a Minustah representaria uma nova forma de atuação da política externa brasileira pós Guerra Fria, assim como seria uma forma de remodelar a atuação das Forças Armadas brasileiras após o período de transição para a democracia.

Os custos da missão foram, dos componentes da missão, o que obteve maior evidência nos meios de comunicação<sup>51</sup>. O Itamaraty defende os gastos, afirmando que a missão no Haiti é de cunho humanitário e, por isso, “não se pode colocar preço”. “Mesmo que a Missão tenha falhado em cumprir alguns dos seus objetivos, é possível verificar que a atuação do Brasil trouxe alguns dos resultados esperados em âmbito nacional”<sup>52</sup>, conclui o autor. Ainda há, depois de cinco anos, uma fragilidade no quesito segurança e, na esfera econômica, pouco se avançou. Dessa forma, a nova problemática colocada no texto, agora não está mais em “o que vamos fazer no Haiti”, mas no “como será feita a retirada das tropas do país caribenho”<sup>53</sup>

<sup>49</sup> Ibidem.

<sup>50</sup> Ibidem., p. 100-101.

<sup>51</sup> CAVALCANTE, Fernando. Revisitando o Debate Nacional: Cinco anos de missão no Haiti. In: *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*, 3. 2009. Universidade Estadual de Londrina, na cidade de Londrina (PR), 2009. Artigos, 1-12p. Disponível em: [https://www.abedef.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=72](https://www.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=72) Acessado em: 20 jun. 2010.

<sup>52</sup> Ibidem., p. 53.

<sup>53</sup> Ibidem., p. 153.

No artigo “O Haiti e os desafios de uma reconstrução sustentável — um olhar sul americano”, Mônica Hirst faz uma análise da história do Haiti para acrescentar que, ao efetivar a Minustah:

Varreram-se para debaixo do tapete os problemas gerados pelas inconsistências e insuficiências da cooperação internacional prestada pelos principais doadores (EUA, França e Canadá), pela ação descoordenada e descontrolada das ONGs, pela presença superdimensionada de contingentes militares, pela precária articulação entre ações de assistência dos países latino-americanos ou pela crescente falta de diálogo entre o governo local e a administração civil da MINUSTAH<sup>54</sup>.

Os pontos citados acima são demonstrativos de que a missão no Haiti não utilizou o histórico das experiências fracassadas no país para efetivar uma nova ação, que poderia ser mais bem planejada. Após o terremoto de 2010<sup>55</sup>, uma quantidade de recursos financeiros foi prometida ao Haiti. Para um controle desses recursos foi criado “um „conselho de tutela” temporário — rotulado de Comissão para reconstrução do Haiti (CRH) — sobreposto ao Estado haitiano, nos próximos 18 meses”. Hirst prossegue afirmando que “O arranjo „híbrido” em funcionamento supõe uma administração compartilhada entre o governo do Haiti [...] e as Nações Unidas — assumida pelo representante especial da ONU para o Haiti, Bill Clinton”<sup>56</sup>.

Mesmo com cenário diferente de 2004, a ONU não fez alterações nas funções da Minustah. Ocorreu um aumento do contingente militar e policial, e a inclusão da ajuda humanitária. Todo este aparato político e humanitário advém, segundo a autora, da concepção da ONU de que o Haiti é um Estado falido. Segundo Hirst “[...] é reconhecida a condição de Estado falido, identifica-se a reconstrução do aparelho estatal como a tarefa medular do plano de ação”<sup>57</sup>. Sobre o Brasil, a pesquisadora afirmou que o país, desde o início da operação de paz, trabalha de forma conjunta - mas isso não significa que há uma Coordenação coesa entre os membros - ou seja, com os países da América do Sul que estão no Haiti. Além disso, houve uma tentativa brasileira de efetivar um perfil próprio de atuação.

Dessa forma, o governo Lula combinaria política regional com interesses internacionais. Hirst também aponta para um enfraquecimento da atuação civil no Haiti e considera que as ações da Minustah são mais de caráter individual do que uma ação coordenada dos países membros. Mesmo Argentina, Brasil e Chile, não atuaram de forma coesa. Segundo ela, aos países da América Latina, em especial “o grupo ABC (Argentina, Brasil e Chile) cabe, atualmente, a responsabilidade de valorizar os avanços obtidos nos últimos seis anos no Haiti para a recuperação de uma trajetória positiva de desenvolvimento sustentável

<sup>54</sup> HIRST, Mônica. O Haiti e os desafios de uma reconstrução sustentável – um olhar sul- americano. *Revista Política Externa - USP*. Vol. 19, nº1. Jun/jul/Agos. p. 103-111. 2010. p. 104.

<sup>55</sup> O terremoto ocorreu em 12 de janeiro de 2010 e matou milhares de haitianos e 21 brasileiros sendo 3 civis e 18 soldados que participavam da missão. A catástrofe foi amplamente divulgada pela mídia nacional e internacional. Nesse ano vários jornais realizaram uma espécie de balanço da participação do governo brasileiro no Minustah e dos possíveis objetivos da política externa do Brasil com a Missão.

<sup>56</sup> *Ibidem.*, p. 105.

<sup>57</sup> *Ibidem.*, p. 105.

e governabilidade democrática”<sup>58</sup>

Outra preocupação expressa pela autora é a de que a Missão não seja percebida pelos haitianos como uma força de ocupação. Tal percepção prejudicaria todo o andamento das ações no Haiti. Mônica Hirst afirma, também, que o Brasil, mesclando suas ações no país caribenho como um fator “regional e global”, buscou ser um ator relevante visando à conquista de um assento permanente no CS da ONU, algo que não ocorreu até o presente momento.

Os autores sinalizam que os objetivos da política externa brasileira não foram concretizados e que a falta de um estudo de outras missões de paz que não foram exitosas poderá provocar problemas graves no andamento da missão.

Assim, para fins didáticos, elaboramos para as pré-considerações finais, a Tabela 2, com as indicações das principais características das quatro vertentes analisadas neste artigo:

**TABELA 2 – Síntese das análises sobre a participação do Brasil na Minustah**

VERTENTES	AUTORES	ARGUMENTOS CENTRAIS
<b>OS DEFENSORES DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH</b>		Não se visa à obtenção de ganhos econômicos com a missão;
		A missão é formada por países em desenvolvimento;
	Ricardo Seitenfus (2006 [a] e [b]);	A missão é uma questão de humanidade, solidariedade e generosidade;
	Gabriela Daou Verenhitach (2008);	
	Luisa Café Figueiredo Façanha (2008).	Mudança do princípio da não-intervenção pelo da não-indiferença, ou seja, o Brasil projeta sua diplomacia onde achar necessário, seja na América Latina ou fora dela;
Severino de Ramos Bento da Paixão (2010)		A estrutura da Minustah é uma nova proposta para a resolução dos problemas internacionais;
		Imagem positiva para o Brasil, que melhorou suas relações com os países da América Latina;
		A missão melhoraria as relações com as organizações internacionais, principalmente com a ONU.

<sup>58</sup> Ibidem., p. 110.



<p><b>VISÃO CRÍTICA</b></p>	<p>Bárbaras Gomes Lamas (2005);</p> <p>Suzeley Kalil Mathias e Leandro L. Pepe (2006);</p> <p>Paulo Gustavo P. Corrêa (2009);</p> <p>Marcelo Renato Alves de Araújo (2010).</p>	<p>Aspectos como a da insegurança e o dos Direitos Humanos são desrespeitados;</p> <p>Existência de acordos da Agência Brasileira de Cooperação – ABC com a Agência dos Estados Unidos, para o Desenvolvimento Internacional – USAID;</p> <p>Objetivo da missão não foi cumprido pelo BRABATT;</p> <p>Discurso da não-indiferença pertenceria mais ao âmbito da retórica, que ao de uma ação concreta no Haiti;</p> <p>Abusos contra os Direitos Humanos;</p> <p>Missão está focada nos objetivos da Política Externa, que busca maior visibilidade no cenário internacional, assento no CS/ONU e papel de <i>global player</i>;</p> <p>A Minustah vem extrapolando os mandatos da ONU no Haiti.</p>
<p><b>ANÁLISES HISTÓRICO-ESTRUTURAIS</b></p>	<p>Renata de Melo Rosa (2006);</p> <p>Antonio Jorge Ramalho da Rocha (2008);</p> <p>Mariana Dalalana Corbellini (2009);</p> <p>Carlos Alberto dos Santos Cruz (2010).</p> <p>Alisson Reis do Nascimento (2009)</p> <p>Roberto Escoto (2009)</p> <p>Luis Capelo Sarmiento (2010).</p>	<p>Fatores históricos, culturais, sociais e políticos agravam problemas internos do Haiti;</p> <p>Missão é um aporte para garantir o regime político do Haiti.</p>
<p><b>ARTIGOS DE BALANÇO</b></p>	<p>Mônica Hirst (2010);</p> <p>Fernando Cavalcante (2010).</p>	<p>Análise comparada entre o início da missão e o período posterior às eleições de 2006;</p> <p>Discussão sobre uma possível retirada das tropas brasileiras do Haiti;</p> <p>As ações da Minustah conseguiram cumprir seus compromissos parcialmente.</p>

Fonte: Elaborada pelos autores.

## ■ CONSIDERAÇÕES FINAIS



Com o levantamento dessas quatro visões sobre a participação brasileira na Minustah, podemos afirmar que, na esfera acadêmica, não ocorreu uma interpretação acrítica sobre o processo, mas sim um amplo debate sobre o Brasil e a Minustah. Esse debate contempla temas que transitam da nova interpretação de atuação do Brasil nas Missões de Paz à garantia da estabilidade política no Haiti. Não ficaram de fora os interesses do governo brasileiro de alcançar um assento no Conselho de Segurança da ONU e a questão dos refugiados haitianos no Brasil.

Os autores filiados ao grupo dos defensores da participação brasileira na Minustah superestimam as ações do governo brasileiro no país caribenho, embaçados, a maioria deles, pela análise feita por Seitenfus. A partir de 2009 o tema “Diplomacia Solidária” vai perdendo força como uma possível teoria ou ação da política externa brasileira no Haiti.

De outro lado, os críticos da participação brasileira na Minustah embasaram suas análises em comparações entre a Minustah com outras missões do mesmo porte - no caso de Corrêa<sup>59</sup> - ou, ainda, no fato de o Brasil não ter conseguido, até o momento, um assento no Conselho de Segurança da ONU<sup>60</sup>. Consideram, contudo, que esses fatos não mitigaram a importância das ações do Brasil na missão, porém alertam para o desrespeito aos Direitos Humanos. Também é relevante o estudo deste bloco, pois há nele uma desconstrução de uma suposta “Diplomacia Solidária”, isto é, os autores afirmam que as ações das tropas brasileiras, sob a égide da ONU, não são diferentes de outras missões já efetuadas por esta importante instituição internacional.

O terceiro grupo, os que analisam os aspectos histórico-estruturais, veem, nação do Brasil, uma possibilidade de retirar o Haiti do seu ciclo de golpes econtragolpes, e do estado de insegurança pública. Nessa perspectiva, a Missão conseguiu, mesmo que parcialmente, cumprir com as resoluções e objetivos da ONU.

Os artigos de balanço demonstram que os objetivos políticos da missão não foram alcançados na sua totalidade pelo governo brasileiro e que era necessário redefinir a estrutura da missão para que os haitianos tivessem de fato suas vidas reestruturadas para melhor, algo que não ocorreu.

Outro item importante é a tentativa de remodelagem das Forças Armadas brasileiras pós Regime Militar, de uma instituição opressora para uma que nutre e defende a paz. Após a análise de Cavalcante<sup>61</sup> e Hirts<sup>62</sup> fica a seguinte questão, quando será a retirada das tropas brasileira do Haiti e quais serão os ganhos políticos dessa missão para o país? Com o advento

<sup>59</sup> CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. *MINUSTAH e diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz?* 2009. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/973/2870.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 10 jan. 2010.

<sup>60</sup> MATHIAS, Suzeley Kalil; PEPE, Leandro Leone. Segurança e Democracia: A Atuação do Brasil no Haiti. *LASA'S XXVI Internacional Congress*. San Juan, march 15-18, 2006. Disponível em: <http://www.resdal.org> Acessado em: 20 jul. 2010.

<sup>61</sup> CAVALCANTE, Fernando. Revisitando o Debate Nacional: Cinco anos de missão no Haiti. In: *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*, 3. 2009. Universidade Estadual de Londrina, na cidade de Londrina (PR), 2009. Artigos, 1-12p. Disponível em: [https://www.abedef.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=72](https://www.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=72) Acessado em: 20 jun. 2010.

<sup>62</sup> HIRST, Mônica. O Haiti e os desafios de uma reconstrução sustentável – um olhar sul-americano. *Revista Política Externa - USP*. Vol. 19, nº1. Jun/jul/Agos. p. 103-111. 2010.

das eleições de 2018, ficou claro que o Haiti foi um laboratório para que as Forças Armadas atuassem politicamente novamente, frustrando a análise de Cavalcante e Hirts<sup>63</sup>.

A partir do desenho desse cenário, fica alcançado nosso objetivo de compreender a repercussão na opinião pública obtida pela participação do Brasil na Minustah dentro do campo acadêmico. Com o fim da missão brasileira em território haitiano, encontramos uma nova agenda de pesquisa a ser explorada.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Rodrigo. *Haiti, depois do inferno: Memórias de um repórter no maior terremoto do século*. 1ª ed. São Paulo: Globo, 2010. 120 p.

AMORIM, Celso. Conceitos e Estratégias da Diplomacia do Governo Lula. *Revista Diplomacia, estratégia e Política*. Vol.1, n.1, p.41-47, out/dez, 2004.

ARAÚJO, Marcelo Renato Alves de. *A atuação das tropas de paz da ONU no Haiti*. 2010. Disponível em: [https://www.uni7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/iv\\_encontro/atuaodastropasde paz.pdf](https://www.uni7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/iv_encontro/atuaodastropasde paz.pdf) Acessado em: 20 jun. 2015.

ATASSIO, Aline; PINTO, Roque; GUSMÁN, Socrates. Sob a espada de Dâmocles: os militares no Brasil e a democracia tutelada. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*. V.13, n.25, 2021.

CAVALCANTE, Fernando. Revisitando o Debate Nacional: Cinco anos de missão no Haiti. In: *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*, 3. 2009. Universidade Estadual de Londrina, na cidade de Londrina (PR), 2009. Artigos, 1-12p. Disponível em: [https://www.abedef.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=72](https://www.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=72) Acessado em: 20 jun. 2010.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. *MINUSTAH e diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz?* 2009. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/973/2870.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 10 jan. 2010.

CORBELLINI, Maria Dalalana. *Haiti: da crise à MINUSTAH*, 2009. 155p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17674/000721343.pdf?sequence=1> Acessado em: 10 jan. 2010.

CRUZ, Carlos Alberto dos Santos. Haiti interferências externas e deformações na política interna. *Revista Política Externa*. Vol. 19, n1 jun/jul/ago, p. 93-101. 2010

ESCOTO, Roberto. *Construção do Estado e Democratização do Haiti: Uma análise das*

<sup>63</sup> Para esse assunto, ver ATASSIO, Aline; PINTO, Roque; GUSMÁN, Socrates. Sob a espada de Dâmocles: os militares no Brasil e a democracia tutelada. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*. V.13, n.25, 2021.

*Intervenções da ONU sob o Enfoque da Segurança Humana (1993-1996 e 2004- 2008)*, 2009. 150p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4933> Acessado em: 10 jan. 2010.

FAÇANHA, Luisa Café Figueiredo. As motivações da política brasileira para Participação das Missões de Paz das Nações Unidas: O caso do Haiti. *In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*, 2. 2008, Niterói (RJ), 2008. Atigos,1-12p. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org> Acessado em: 20 jun. 2010.

HIRST, Mônica. O Haiti e os desafios de uma reconstrução sustentável – um olhar sul-americano. *Revista Política Externa - USP*. Vol. 19, nº1. Jun/jul/Agos. p. 103-111. 2010.

LAMAS, Bárbara Gomes. MINUSTAH e implicações para as aspirações internacionais do Brasil. *Conjuntura Internacional*. Belo Horizonte, v. 2, p. 2-6, 2005. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/> Acessado em:19 jan. 2011.

MATHIAS, Suzeley Kalil; PEPE, Leandro Leone. Segurança e Democracia: A Atuação do Brasil no Haiti. *LASA`S XXVI Internacional Congress*. San Juan, march 15-18, 2006. Disponível em: <http://www.resdal.org> Acessado em: 20 jul. 2010.

NASCIMENTO, Alisson Reis do. A ONU e as intervenções armadas intra-estatais: o caso do Haiti. *Universitas: Relações Internacionais*. Vol. 7, n. 2, 2009. Disponível em: [www.publicacoesacademicas.uniceub.br](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br) Acessado em: 10 ago. 2010.

PAIXÃO, Severino de Ramos Bento da. *O impacto dos novos parâmetros adotados pelas nações unidas para as operações de paz na tradição política externa brasileira*, 2008. 111p. Dissertação (Mestrado em em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org> Acessado em: 10 jan. 2010.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. Missões de paz em Estados frágeis: elementos para se refletir sobre a presença do Brasil no Haiti. *In: NASSER, Reginaldo Mattar (org) Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo, UNESP, 2009. 232p.

ROSA, Renata de Melo. A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. *Universitas: Relações Internacionais*. v. 4, n. 2. p. 5-30, 2006. Disponível em:<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/160> Acessado em: 20 abr. 2019.

RUPPENTHAL, Tailon. *Um Soldado Brasileiro no Haiti*. 1ª ed. São Paulo: Globo, 2007. 200p.

SARMENTO, Luis C.. *O Brasil e a MINUSTAH: As Motivações e Consequências de Uma Operação Liderada Pelo Brasil*. 2010. 106p. Monografia (Universidade Federal do Ceará). 2010

SEITENFUS, R. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. *In: Carta Internacional*. vol. 1, n. 1, mar. de 2006[a]. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/248> Acessado em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de paz*. 2006[b], 15p. Disponível em: [http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus\\_-\\_De\\_Suez\\_ao\\_Haiti.pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf) Acessado em: 10 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. O Brasil errou em enviar tropas para Haiti? Opinião p.2, Folha de São Paulo, São

Paulo, 23, out. de 2004.

STOCHERO, Tahiane. *DOPAZ: como a tropa de leite do exército brasileiro pacificou afavela mais violenta do Haiti*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva. 2010. 216p.

VERENHITACH, Gabriela Daou. *A MINUSTAH e a Política Externa Brasileira: motivações e consequência*, 2008. 136p. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9701/GABRIELADAOUVERENHITACH.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 10 jan. 2010.